

CRECHE E PRÉ-ESCOLA: A QUESTÃO DA OBRIGATORIEDADE NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Mara Cristina Tavares  0009-0003-6743-513X
Dra. Cláudia Tavares do Amaral  0000-0003-2859-9353
Dra. Altina Abadia da Silva  0000-0002-7496-5556
Universidade Federal de Catalão

RESUMO: Este artigo é uma revisão sistemática que aborda a importância da creche como etapa fundamental da Educação Infantil no Brasil, com destaque para a problemática da obrigatoriedade apenas para a pré-escola. O objetivo geral foi, portanto, analisar a importância da creche e os impactos da obrigatoriedade da pré-escola na Educação Infantil. Os objetivos específicos foram verificar a contribuição da creche na formação educacional e analisar os impactos socioeconômicos, educacionais e culturais da obrigatoriedade da pré-escola. A falta de acesso à creche, as desigualdades socioeconômicas, a formação inadequada dos professores, a falta de investimento em infraestrutura e as dificuldades de articulação entre as etapas foram alguns dos problemas levantados na produção acadêmica após a LDB de 1996. A análise dessa temática pode auxiliar na formulação de políticas públicas mais eficazes e na promoção de uma educação de qualidade desde a primeira infância.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Creche; Pré-escola; Obrigatoriedade.

DOES DAY CARE PRECEDE PRE-SCHOOL? SOME REFLECTIONS

ABSTRACT: This article is a systematic review that addresses the importance of day care as a fundamental stage of Early Childhood Education in Brazil, with emphasis on the issue of obligatoriness only for pre-school. Thus, the general objective was to analyze the importance of day care and the impacts of mandatory preschool in Early Childhood Education. The specific objectives were to verify the contribution of the day care center in the educational formation and to analyze the socioeconomic, educational and cultural impacts of the mandatory preschool. Lack of access to day care, socioeconomic inequalities, inadequate teacher training, lack of investment in infrastructure and difficulties in articulating the stages were some of the problems raised. The analysis of this theme can help in the formulation of more effective public policies and in the promotion of quality education from early childhood.

KEYWORDS: Day Care; Pre-School; Obligatoriness; Early Childhood Education.



1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é uma fase fundamental da formação humana, pois corresponde à primeira etapa do processo educativo e está diretamente relacionada ao desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos. Nesse sentido, a creche é um espaço basilar para as crianças que ainda não atingiram a idade para a pré-escola, pois oferece um ambiente adequado e seguro para as crianças pequenas, além de possibilitar a socialização, o estímulo à curiosidade, a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor.

No entanto, no Brasil, a obrigatoriedade da Educação Infantil começa apenas aos 4 anos de idade, com a pré-escola, deixando de fora uma etapa fundamental para o desenvolvimento das crianças. Existem diferentes problemas que podem ser levantados em relação à importância da creche como anterior ao ingresso na pré-escola, mas a obrigatoriedade ser apenas desta última.

Algumas questões que podem ser destacadas são: a) falta de acesso à creche; b) desigualdades socioeconômicas; c) formação inadequada dos professores; d) falta de investimento em infraestrutura; e) dificuldades de articulação entre as etapas da Educação Infantil. Esses são alguns dos problemas que podem ser elencados em relação ao tema. Diante dessas problemáticas, pode ser levantada a seguinte questão: De que forma a obrigatoriedade apenas da pré-escola, na Educação Infantil, impacta o acesso à educação de qualidade para crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica, considerando a importância da creche como etapa anterior e complementar à pré-escola?

Este artigo tem como pressupostos: a) a qualidade da educação oferecida na creche pode impactar diretamente no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças, influenciando em seu desempenho na pré-escola e no Ensino Fundamental; b) o acesso à creche pode ser uma forma de combater desigualdades socioeconômicas, oferecendo às crianças em situação de vulnerabilidade a oportunidade de receber uma educação de qualidade desde os primeiros anos de



vida; c) a creche pode ser um espaço importante para a socialização das crianças, pois permite a convivência com outras da mesma idade e promove o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais.

Assim sendo, o objetivo central deste artigo é analisar, a partir de produções acadêmicas, a importância da creche como etapa fundamental para a formação educacional de crianças e a obrigatoriedade da pré-escola na Educação Infantil brasileira. A justificativa para esse tema se baseia na necessidade de se compreender a relação entre a creche e a pré-escola na Educação Infantil, com destaque para a importância da primeira como etapa anterior e complementar à segunda e a necessidade da obrigatoriedade da pré-escola para garantir o acesso à educação de qualidade para todas as crianças.

2 DE QUE LUGAR FALAMOS

Este estudo traz como contribuição a apresentação de uma revisão da literatura sobre creche e pré-escola, apresentando conceitos, autores e teorias que embasam a importância da Educação Infantil na formação das crianças.

A necessidade de ampliação das creches surgiu com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, devido à necessidade de um lugar para deixarem os filhos enquanto trabalham. Contudo, o Estado não assumiu essa responsabilidade, deixando-a a cargo de instituições assistencialistas (Spada, 2005), cuja preocupação maior era cuidar da criança sem se preocupar com a parte pedagógica, visão esta que durou até meados da década de 1990. A creche servia para o “[...] combate da pobreza e da mortalidade infantil” (Garcia *et al.*, 2012, p. 3). Até mesmo produções sobre o tema “creche” eram escassas antes da década de 1990.

Esse cenário começou a mudar a partir dos movimentos sociais e feministas que buscavam ampliação e melhorias das creches. A primeira conquista aconteceu



com a Constituição Brasileira (Brasil, 1988, art. 208), que preconiza como dever do Estado o “[...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade” e assegura o direito à Educação a todas as crianças.

Em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro (Brasil, 1996). Em sua primeira versão, os Arts. 29 e 30 trazem a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, oferecida em creches para atender às crianças de até 3 anos de idade, e em pré-escolas, de 4 a 6 anos (Brasil, 1996), porém, ela ainda não fazia parte da Educação Básica. Na nova versão, em 2013, com a Lei nº 12.796, de 4 de abril (Brasil, 2013), crianças de 0 a 3 anos de idade ficaram de fora novamente, não sendo obrigatório para os municípios ofertarem vagas para essas crianças, e nem para os pais matriculem os filhos.

Entretanto, o ensino deve ser ofertado começando de 0 ano, independentemente da classe social (Nunes, 2012). A creche, instituição física, deve ser um espaço educativo para o desenvolvimento pleno da criança, já que a Constituição Federal preconiza que a Educação é um direito de todos (Brasil, 1988). Se a Educação é direito de todos, por que deixou as crianças de 0 a 3 fora da Educação Básica? Segundo Trentini (2016), entender a creche como direito da criança é vê-la como sujeito de direito à Educação e de se desenvolver em um ambiente coletivo, independentemente de os pais trabalharem ou não.

A abrangência apenas das crianças da pré-escola (de 4 até 5 anos) na Educação Básica poderá ocasionar uma divisão na Educação Infantil. Como cita Trentini (2016, p. 97), “[...] não sendo obrigatória, a creche ganha menos atenção e tem menor força de pressão”. Para Paschoal (2019), a obrigatoriedade da pré-escola pode representar um retrocesso histórico, levando as pessoas a entenderem que a Educação Infantil começa a partir dos 4 anos de idade.

Com a obrigatoriedade de oferecer a pré-escola somente a partir dos 4 anos, para aumentar a oferta de vagas, muitos municípios passaram a oferecê-la nas



escolas regulares de ensino fundamental. Com isso, perde-se toda ludicidade que o ambiente de creche, os chamados Centros Municipais de Educação Infantil – CEMEIs ou Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs, oferece para essas crianças – inclusive em relação à infraestrutura e ao mobiliário, pois são todos adequados à faixa etária das crianças da Educação Infantil.

Caso a pré-escola funcione em instituição de ensino regular, alguns profissionais da educação poderão confundir a pré-escola com uma preparação para a alfabetização. Como citado por Paschoal (2019, p. 661), a pré-escola “[...] passa a se assemelhar ao ensino fundamental, sobretudo no que tange à organização do tempo, do espaço e da proposta pedagógica”, descaracterizando-a totalmente.

Outro fator que pode ser prejudicial sobre a obrigatoriedade da pré-escola é a criança não passar pela creche, já que esta desempenha um papel crucial no desenvolvimento cognitivo, social e emocional de crianças de 0 a 3 anos. A entrada da criança na creche não deve ser vista apenas como alternativa para responder às necessidades dos pais, mas, sobretudo, como uma resposta educativa. Isso porque esse aprendizado é de extrema importância, pois essas crianças precisam de uma base, de um fundamento educacional.

Para Vygotsky (1991), o desenvolvimento humano dá-se por meio das interações sociais e da apropriação dos conhecimentos e dos valores culturais. Nesse sentido, a creche pode ser vista como um espaço de socialização e de aprendizagem, onde a criança pode interagir com outras e com adultos e, assim, desenvolver suas habilidades socioemocionais, como a capacidade de comunicação, de cooperação e de empatia.

Concordamos que a integração cuidar-educar é o núcleo do trabalho pedagógico com a criança pequena e permite consolidar a responsabilização pela criança. A creche assume, em parceria com a família, a formação da criança, a transformação do ser natural em um ser social, um cidadão. Assim, uma



alternativa para essa questão é pensar a definição da creche como "um ambiente de cuidado e educação num contexto educativo" (Kulhmann Jr, 2012).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para verificar o que tem sido produzido sobre a obrigatoriedade da pré-escola e a não inclusão das creches, fez-se uma análise das pesquisas brasileiras realizadas sobre esse tema, a fim de compreender o que tem sido produzido sobre essa temática, verificar os avanços e as lacunas deixadas pelas pesquisas concluídas e o que tem de mais atual sobre o assunto. A revisão sistemática foi escolhida “[...] para evitar viés e possibilitar uma análise mais objetiva dos resultados, facilitando uma síntese conclusiva sobre determinada intervenção” (Sampaio; Mancini, 2007, p. 84).

Para isso, foram acessados os seguintes bancos de dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e *Google Acadêmico*. A pesquisa teve como recorte temporal o período de 1996 a 2023. Essa escolha deu-se porque, pela primeira vez, a Educação Infantil apareceu como parte da Educação Básica na LDB nº 9.394/1996.

Os descritores usados na pesquisa foram quatro: “Transição da creche para a pré-escola”; “Da creche à pré-escola”; “Importância de a criança frequentar a creche”; “Obrigatoriedade da pré-escola”. A busca por esses textos aconteceu entre os meses de abril e maio de 2023.

Os critérios de inclusão foram: artigos, dissertações ou teses com o corte temporal a partir de 1996; publicações em língua portuguesa e que se referem à transição da creche para a pré-escola, à importância da creche e à obrigatoriedade da pré-escola. Os critérios para exclusão foram todos os que não se enquadravam nos critérios de inclusão. A Tabela 1 ilustra os resultados quantitativos das buscas que foram feitas nos bancos de dados, totalizando 67.488 estudos.



Tabela 1: Contingente de textos localizados inicialmente com cada descritor

LOCAL	“Transição da creche para a pré-escola”	“Da creche à pré-escola”	“Importância de a criança frequentar a creche”	“Obrigatoriedade da pré-escola”	Total dos resultados
SciELO (artigos)	0	0	0	2	2
Catálogo da Capes (dissertações/teses)	17.905	13.800	20.287	15.223	67.215
BDTD (dissertações/teses)	0	0	0	3	3
Google Acadêmico (artigos, dissertações/teses)	4	9	2	253	268
TOTAL	17.909	13.809	20.289	15.481	67.488

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2023.

A maior ocorrência foi no banco de dados da Capes (dissertações e teses). Devido a isso, foram considerados apenas os 20 primeiros títulos, chegando a um total de 80 títulos, tabulando todos os descritores (Tabela 2). Aconteceu o mesmo com o descritor “Obrigatoriedade da pré-escola” no *Google Acadêmico*, em que apareceram 253 títulos, mas foram considerados somente os 20 primeiros. Já para os descritores “Transição da creche para a pré-escola”, “Da creche à Pré-Escola”, “Importância de a criança frequentar a creche”, nos bancos de dados da BDTD e da SciELO, não apareceu nenhum texto, e no *Google Acadêmico*, o total desses descritores foram 15 textos, entre artigos e dissertações. Tais resultados demonstram que essas temáticas possuem poucas publicações.

Tabela 2: Dados dos 20 primeiros títulos

LOCAL	“Transição da creche para a pré-escola”	“Da creche à pré-escola”	“Importância de a criança frequentar a creche”	“Obrigatoriedade da pré-escola”	Total dos resultados
SciELO (artigos)	0	0	0	2	2



Catálogo da Capes (dissertações/teses)	20	20	20	20	80
BDTD (dissertações/teses)	0	0	0	3	3
Google Acadêmico (artigos, dissertações/teses)	4	9	2	20	35
TOTAL	24	29	22	45	120

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2023.

Levando em consideração que foram selecionados apenas os 20 primeiros títulos do banco da Capes (dissertações e teses) para todos os descritores, do *Google Acadêmico*, para o descritor “Obrigatoriedade da pré-escola”, também foram considerados só os 20 primeiros títulos. Com isso, os resultados caíram para 120 textos. Na Capes, mesmo aplicando o filtro “educação”, apareceram vários textos que não estavam direcionados à temática, por exemplo, o título Tendência temporal da anemia em pré-escolares de creches do Recife-PE: 1999-2008. Continuando a análise apenas com os títulos ligados à educação, o total foi para 60 textos, entre artigos, dissertações e teses.

Observando todos os critérios de exclusão e uma leitura dos resumos desses 60 textos, o total foi para 25 estudos. Depois de uma leitura mais aprofundada dessas obras, com a leitura da introdução e do referencial teórico, foram selecionados 8 textos que serão analisados e discutidos na sequência.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Optou-se por utilizar a Análise de Conteúdo de Bardin (2011) para analisar as obras selecionadas, pois ela se mostra uma ferramenta valiosa para explorar e compreender os significados presentes nos textos, permitindo uma abordagem mais estruturada e rigorosa na pesquisa.

As oito obras selecionadas serão apresentadas em ordem cronológica, começando pela mais antiga, até a mais recente, denominadas Texto 1, Texto 2, e assim sucessivamente. Os cinco itens apresentados nos quadros que seguem foram



selecionados da tabela “Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises” (PRISMA), a qual sugere 27 itens para fazer uma análise sistemática.

No Texto 1 (Quadro 1), Spada (2005) fez uma análise da criação e do funcionamento das primeiras creches no Brasil e as mudanças significativas que a Constituição Federal de 1988 trouxe para o atendimento da infância, reconhecendo o direito à educação para crianças de 0 a 6 anos.

Quadro 1: Análise sistemática do Texto 1

Referência	SPADA, A. C. Processo de criação das primeiras creches brasileiras e seu impacto sobre a educação infantil de zero a três anos. Revista Científica Eletrônica de Pedagogia , Garça, n. 5, p. 1-7, 2005.
Objetivo	Discutir a legislação que regulamenta a Educação Infantil no Brasil e sua adequação às necessidades educacionais da primeira infância, mencionando, ainda, o impacto que a dicotomia cuidado x educação exerce sobre a educação desenvolvida no contexto das creches públicas brasileiras.
Técnica da pesquisa	Pesquisa bibliográfica.
Resultados	A pesquisa revela que a creche no Brasil, por muito tempo, funcionou mais como um abrigo para crianças de famílias trabalhadoras do que como uma instituição de ensino, não cumprindo plenamente seu papel educativo. A Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças significativas em relação à concepção e ao atendimento da infância, reconhecendo o direito à educação para crianças de zero a seis anos e estabelecendo o dever do Estado em oferecê-la. A pesquisa destaca a importância de superar a visão assistencialista e promover uma educação de qualidade nas creches, por meio da formação adequada de educadores e reflexão crítica sobre as práticas cotidianas.
Limitações	As creches no Brasil enfrentaram várias limitações em seus primórdios: omissão estatal; ausência de orientação pedagógica; estigma de assistencialismo; condições inadequadas; falta de clareza e definição de políticas; dependência da filantropia. Essas limitações resultaram em um atendimento inadequado e pouco estruturado nas creches, especialmente para as camadas mais vulneráveis da população.

Fonte: Elaboração própria a partir de Spada (2005).

Ao analisar os dados do Quadro 1, sobre uma pesquisa de 2005, período no qual já estava vigorando a Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9.394/1996, é possível observar que a autora ainda vê a questão do assistencialismo presente nas creches, entre outras limitações que precisam ser superadas para promover uma educação de qualidade. Vê-se que o Estado desempenhou um papel limitado na



criação e na manutenção das creches, o que levou a uma série de desafios e deficiências no sistema.

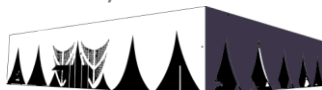
Para Spada (2005), a ausência de políticas claras e de metas definidas para o atendimento à infância contribuiu para a incerteza e para as dificuldades enfrentadas pelas creches. Destaca-se a necessidade de melhorias no sistema de creches no Brasil, visando oferecer um atendimento mais adequado e de qualidade para todas as crianças, especialmente àquelas em situação de vulnerabilidade.

No Texto 2 (Quadro 2), Pasqualini e Martins (2008) abordam o conceito do binômio “cuidar-educar” na Educação Infantil, que surge como uma tentativa de superar a dicotomia histórica entre assistência e escola nessa etapa educacional. Essa nomenclatura busca integrar as atividades de cuidado realizadas nas creches com as atividades pedagógicas desenvolvidas nas pré-escolas.

Quadro 2: Análise sistemática do Texto 2

Referência	PASQUALINI, J. C.; MARTINS, L. M. A Educação Infantil em busca de identidade: análise crítica do binômio “cuidar-educar” e da perspectiva anti-escolar em Educação Infantil. Psicologia da Educação , São Paulo, n. 27, p. 71-100, 2008.
Objetivo	Evidenciar que o <i>slogan</i> “cuidar-educar” pouco contribui para o avanço no entendimento das especificidades do ensino infantil e que a perspectiva anti-escolar aponta para uma diluição das fronteiras entre a educação escolar infantil e outras agências socializadoras.
Técnica da pesquisa	Pesquisa bibliográfica.
Resultados	O binômio “educar-cuidar” surgiu como uma tentativa de superar a dicotomia histórica entre assistência e escola na Educação Infantil, integrando as atividades de cuidado realizadas nas creches com as atividades pedagógicas desenvolvidas nas pré-escolas. Também discute o caráter escolar ou não-escolar das instituições de Educação Infantil e o fato de que bebês de três meses sejam vistos como alunos em vez de um sujeito – criança em constituição. Alguns pesquisadores defendem a ideia de que as instituições de Educação Infantil devem ser consideradas como instituições educacionais não-escolares ou extraescolares. Eles argumentam que a adoção de um modelo escolar na educação de crianças pequenas é inadequada e pejorativa.
Limitações	Não são mencionados estudos de caso, observações ou entrevistas que tenham sido conduzidos para sustentar as conclusões apresentadas. É importante ressaltar que existem diferentes abordagens e perspectivas na Educação Infantil, e o debate sobre o caráter escolar ou não-escolar das instituições continua em andamento entre os pesquisadores.

Fonte: Elaboração própria a partir de Pasqualini e Martins (2008).



Pasqualini e Martins (2008) destacam a existência de diferentes abordagens e perspectivas na Educação Infantil, em que o debate sobre o caráter escolar ou não-escolar das instituições continua em andamento entre os pesquisadores. Isso sugere que há discussões e divergências sobre a natureza das práticas educacionais na primeira infância, e a busca por uma identidade clara nesse contexto educacional ainda é um desafio em aberto.

Com base nos resultados e nas limitações do texto de Pasqualini e Martins (2008), podemos concluir que a busca por uma identidade na Educação Infantil é um tema relevante e em constante discussão. O binômio “educar-cuidar” surgiu como uma tentativa de superar a separação entre cuidado e educação, integrando essas dimensões nas práticas educativas voltadas às crianças pequenas. No entanto, o debate sobre o caráter escolar ou não-escolar das instituições infantis ainda persiste, demonstrando a existência de diferentes abordagens e perspectivas nesse campo. Essa discussão é fundamental para a definição de políticas e práticas que possam atender às necessidades e às demandas das crianças nessa fase crucial de desenvolvimento.

O Texto 3 (Quadro 3), de Anastácio e Pinazza (2012), aborda a falta de integração entre creche e pré-escola na Educação Infantil, com base em observações, análises de documentos e entrevistas realizadas em um Centro de Educação Infantil, em São Paulo. A falta de clareza sobre a sucessão entre os níveis é percebida, segundo as autoras, pelos familiares e pelas crianças, indicando a necessidade de uma abordagem mais integrada. O estudo levanta questões sobre a integração na prática, as expectativas dos familiares em relação à transição, e a visão das professoras sobre o processo.

Quadro 3: Análise sistemática do Texto 3

Referência	ANASTÁCIO, D. F. O.; PINAZZA, M. A. Integração ou ilusão? Práticas pedagógicas e expectativas das crianças e familiares relacionadas à transição da creche para pré-escola. Série Iniciação Científica , São Paulo, v. 8, p. 1-64, 2012.
-------------------	---



Objetivos	Averiguar como ocorre a transição da creche para pré-escola; analisar as propostas expressas nos documentos legais, como os Projetos Pedagógicos e os Planos de Ação formulados pelo Centro de Educação Infantil (CEI) e pela Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI).
Técnica da pesquisa	Pesquisa descritiva.
Resultados	Reunindo os dados apresentados e as discussões delineadas no decorrer do trabalho, pôde-se constatar que a prática educacional se depara com vários embates que dificultam o cumprimento das prescrições presentes nos documentos tais como o Plano Nacional de Educação, as Diretrizes, os Referenciais e as Orientações Curriculares, que visam à integração entre creche e pré-escola. Os resultados revelam a ausência de diálogo e articulação entre as instituições, resultando em transições não integradas.
Limitações	Um dos fatores que dificulta o diálogo efetivo entre as leis e o que ocorre no cotidiano escolar é carência de políticas públicas para a Educação Infantil. Esta, por sua vez, desencadeia problemas na qualificação dos profissionais para lidar com as especificidades do trabalho com crianças de 0 a 5 anos. O texto também não apresenta argumentos ou pontos de vista diferentes sobre a transição entre creche e pré-escola.

Fonte: Elaboração própria a partir de Anastácio e Pinazza (2012).

A pesquisa partiu de análises de documentos, entrevistas com professores, crianças e pais de um CEI e de uma EMEI da cidade de São Paulo, e de uma fundamentação teórica embasada, principalmente, em autores brasileiros que se dedicam ao estudo da Educação Infantil, como Mônica A. Pinazza, Moysés Kuhlmann Júnior e Tizuko M. Kishimoto. Anastácio e Pinazza (2012) objetivaram averiguar como acontece a transição das crianças da creche para a pré-escola nessas duas instituições.

As autoras partiram da hipótese de que um processo educacional integrado, sem grandes rupturas, pode favorecer o desenvolvimento e as experiências de aprendizagem das crianças durante a transição entre os níveis da Educação Infantil, como creche e pré-escola. Os resultados revelam que há pouca interlocução entre as realizações do CEI e da EMEI, sugerindo que o processo de transição das crianças entre os dois níveis não é articulado e integrado. As práticas educativas do CEI não são pensadas dentro de um projeto maior, e não há um projeto de integração entre o CEI e a EMEI. Os depoimentos dos familiares e das crianças confirmam essa falta de clareza.



No Texto 4 (Quadro 4), Nunes (2012) discute como a Educação Infantil tem conquistado crescente importância na sociedade contemporânea, deixando de ser exclusiva das crianças de classes populares cujas mães trabalham. Reconhece-se, atualmente, que todos os pequenos se beneficiam dessa fase educacional. O acesso a essa etapa é um direito garantido constitucionalmente, abrangendo a proteção, o atendimento às necessidades básicas e o estímulo ao desenvolvimento físico e emocional.

Quadro 4: Análise sistemática do Texto 4

Referência	NUNES, M. F. R. Educação Infantil: instituições, funções e propostas. <i>In:</i> CORSINO, P. (org.). Educação Infantil: cotidiano e políticas. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 31-45.
Objetivo	Levantar os principais avanços da Educação Infantil brasileira, tanto no âmbito da produção acadêmica como nas conquistas advindas da legislação, pela aquisição de direitos, traçando, a partir desses aportes, alguns pontos importantes para a elaboração e a análise de propostas pedagógicas e currículos para os estabelecimentos educacionais voltados à criança pequena.
Técnica da pesquisa	Caráter bibliográfico.
Resultados	Com a Constituição Brasileira e com a LDB de 1996, é responsabilidade do poder público municipal oferecer creches e pré-escolas a todas as crianças cujas famílias desejem esses serviços ou deles necessitem. A Educação Infantil passa a ser vista como uma necessidade da sociedade contemporânea, caracterizando-se por um espaço de socialização, de troca, de ampliação de experiências e conhecimentos, de acesso a diferentes produções culturais.
Limitações	Mesmo que a Constituição Brasileira e a LDB 9394/1996 tenham avançado muito em relação à Educação Infantil, ora ela tende para a escolarização/preparação para o Ensino Fundamental, ora para o assistencialismo. Essas diferentes identidades assumidas nas práticas com as crianças de 4 a 6 anos permitiram que um grande contingente de profissionais atuasse na área sem formação específica.

Fonte: Elaboração própria a partir de Nunes (2012).

Ao analisar o texto de Nunes (2012), percebe-se que existem desafios nas políticas públicas relacionadas à Educação Infantil, tanto no que diz respeito à democratização do acesso, uma vez que a demanda por creches e pré-escolas públicas e gratuitas ainda não é totalmente atendida, quanto à garantia da qualidade dessas instituições. A proposta de uma Educação Infantil de qualidade, de acordo com a autora, envolve diversos fatores, como políticas públicas para a



infância, condições físicas adequadas das instituições, formação de profissionais, organização do tempo e do espaço, ampliação de experiências, criação de vínculos afetivos e interações entre crianças, adultos e comunidade.

No Texto 5 (Quadro 5), Garcia *et al.* (2012) demonstram que a Educação Infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das crianças, proporcionando um ambiente adequado para seu crescimento integral. No entanto, é importante reconhecer que nem sempre instituições, como as creches, conseguem cumprir efetivamente seu papel educativo. Muitas vezes, elas operam mais como abrigos para crianças do que como espaços educativos, priorizando cuidados básicos em detrimento do desenvolvimento intelectual e afetivo. Nesse contexto, surge a necessidade de repensar a concepção assistencialista da creche e fortalecer sua abordagem educativa.

Quadro 5: Análise sistemática do Texto 5

Referência	GARCIA, E. S. de B.; SILVA, I. M. da; ZANON, T.; HENICKA, O. T. da S.; FREIRE, E. J. Creche: abrigo de crianças ou espaços de Educação Infantil? REFAF , [s. l.], v. 1, n. 2, p. 1-22, 2012.
Objetivo	Descrever a passagem da creche assistencial em espaço educativo.
Técnica da pesquisa	monográfico e estatístico.
Resultados	O estudo demonstrou a transição da creche de uma abordagem assistencialista para um espaço educativo, descrevendo as mudanças nas práticas e nos objetivos da instituição ao longo do tempo. Os resultados revelam a importância da creche como um ambiente de socialização e interação para as crianças, destacando o papel da instituição no desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Evidencia a necessidade de superar a visão assistencialista da creche, ressaltando a importância dos educadores na promoção de uma abordagem educacional que atenda aos interesses e às necessidades das crianças pequenas.
Limitações	A pesquisa pode ter sido limitada pela técnica de pesquisa utilizada, que pode ter restringido a compreensão completa e aprofundada do fenômeno em questão. O estudo foi realizado em um contexto específico, o que pode limitar a generalização dos resultados para outras creches ou realidades. A pesquisa encontrou desafios para mensurar o impacto da transição da creche assistencial para o espaço educativo, uma vez que isso envolve aspectos subjetivos e multifacetados.

Fonte: Elaboração própria a partir de Garcia *et al.* (2012).

Garcia *et al.* (2012) concluíram que a creche busca proporcionar um ambiente propício e estimulante para o desenvolvimento integral e harmonioso da



criança, superando a visão assistencialista por meio da atuação dos educadores. Além de cuidar e educar, incorpora a responsabilidade de promover o desenvolvimento cognitivo, simbólico, social e emocional, levando em consideração os interesses e as necessidades individuais.

O trabalho educativo na creche, segundo Garcia *et al.* (2012), visa criar condições para que as crianças possam explorar e conhecer novos sentimentos, valores, ideias, costumes e papéis sociais. É importante ressaltar que a creche não substitui a família, mas atua de forma complementar. Para modificar essa concepção assistencialista, é necessário considerar diversas questões que vão além dos aspectos legais, envolvendo a compreensão das especificidades da educação infantil e a revisão de concepções sobre a infância, as relações entre as classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas.

No Texto 6 (Quadro 6), Trentini (2016), em sua dissertação, analisa como a garantia do direito à Educação Infantil é fundamental para o desenvolvimento pleno e igualitário das crianças, especialmente na faixa etária de 0 a 3 anos. No entanto, apesar dos avanços legais na concepção de creche como etapa educativa e direito das crianças e famílias, ainda persistem desafios.

Quadro 6: Análise sistemática do Texto 6

Referência	TRENTINI, J. Direito à Educação ou Direito à Creche: o que fundamenta o atendimento a criança de 0 a 3 anos na região da Amunesc? 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2016.
Objetivo	Analisar a situação de atendimento às crianças de 0 a 3 anos na região da Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC), considerando a Lei nº 12.796/2013, que tornou obrigatória a matrícula a partir dos 4 anos de idade.
Técnica da pesquisa	Pesquisa documental e revisão bibliográfica mapeando pesquisas já realizadas.
Resultados	A pesquisa aponta que a Educação Infantil ainda é um desafio no campo das políticas destinadas à infância, pois, muitas vezes, é vista apenas como um serviço de cuidado e proteção, em vez de reconhecer a criança como um sujeito de direitos - obrigatoriedade da matrícula: A pesquisa menciona a Lei nº 12.796/2013, que tornou obrigatória a matrícula de crianças a partir dos 4 anos de idade. Isso pode gerar desigualdades e uma possível separação entre creches e pré-escolas. Desafios para os



	<p>municípios: A obrigatoriedade de atendimento para crianças de 4 e 5 anos pode criar desafios para os municípios em termos de recursos e estratégias de atendimento, como políticas de conveniamento com instituições privadas. Necessidade de repensar a creche como direito da criança: A pesquisa destaca a importância de repensar a creche como direito da criança, reconhecendo a necessidade de desenvolvimento em um ambiente coletivo de qualidade, com profissionais qualificados e equidade no atendimento.</p>
Limitações	<p>Uma limitação relacionada à pesquisa é a falta de dados específicos e atualizados sobre o atendimento às crianças de 0 a 3 anos na região da AMUNESC. Embora a pesquisa utilize fontes documentais e revisão bibliográfica para mapear pesquisas já realizadas, a ausência de informações recentes e precisas sobre a situação atual pode impactar a compreensão completa do tema. A falta de dados atualizados pode restringir a análise das políticas, dos programas e das práticas implementadas recentemente na região, assim como a avaliação de seus efeitos e resultados mais recentes.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de Trentini (2016).

Trentini (2016) aborda o atendimento às crianças de 0 a 3 anos na região da AMUNESC e questiona se a concepção de creche como etapa educativa e direito das crianças e das famílias está sendo reconhecida ou se ainda prevalece a visão de creche como um local de guarda para famílias. A análise dos documentos legais revela que, embora o direito à Educação Infantil esteja garantido, as crianças pequenas ainda enfrentam desafios na busca por igualdade de direitos.

A implementação da obrigatoriedade de atendimento das crianças de 4 e 5 anos traz novos desafios e estratégias, como a parcialização no tempo de atendimento e a política de conveniamento com instituições privadas. No entanto, é necessário garantir que tais estratégias não comprometam a qualidade e a integralidade do atendimento, considerando a creche como um direito tanto da criança quanto da família. Além disso, Trentini (2016) entende que seja fundamental monitorar os efeitos das políticas implementadas e buscar equidade no acesso, oportunidades e justiça social para os pequeninos.

No Texto 7 (Quadro 7), de Paschoal (2018), a Educação Infantil é um tema de extrema relevância na atualidade, envolvendo a garantia do direito à educação desde o nascimento, e o desenvolvimento pleno. Com as creches e as pré-escolas, busca-se proporcionar um ambiente adequado para o cuidado, o aprendizado e a socialização das crianças de 0 a 5 anos. Contudo, apesar do reconhecimento



unânime sobre essa importância, diversos desafios se apresentam, desde a efetivação dos direitos previstos em leis até a valorização dos profissionais envolvidos. Nesse contexto, é fundamental refletir sobre as políticas públicas, a formação dos educadores e a construção de um ambiente humanizado e de desenvolvimento integral.

Quadro 7: Análise sistemática do Texto 7

Referência	PASCHOAL, J. D. Entre a pré-escola obrigatória e creche opcional: reflexões sobre o direito da criança à educação de qualidade. HISTEDBR On-line , Campinas, v.18, n. 3, p.766-779, jul./set. 2018.
Objetivo	Discutir o direito da criança à educação de qualidade, independentemente da obrigatoriedade ou da opção da família pelo acesso à creche.
Técnica da pesquisa	Bibliográfica
Resultados	Destaca-se a importância do direito da criança à educação de qualidade, independentemente da obrigatoriedade ou da opção da família pela creche. Aponta os desafios da Educação Infantil em promover o desenvolvimento integral da criança e superar a fragmentação do trabalho pedagógico. Enfatiza a necessidade de uma abordagem integrada entre cuidados e educação, com o envolvimento colaborativo entre instituições e famílias. Identifica lacunas na legislação e práticas das escolas infantis, como condições precárias de funcionamento, falta de materiais pedagógicos, baixa escolaridade dos professores e dificuldade na comunicação com as famílias.
Limitações	A pesquisa se concentra em aspectos teóricos e normativos da Educação Infantil, como políticas e direitos, mas não menciona a coleta de dados empíricos ou estudos de caso para examinar a implementação dessas políticas na prática. O texto sugere a existência de desafios na Educação Infantil, como condições precárias de funcionamento e falta de qualidade nos serviços prestados. No entanto, não fornece evidências ou exemplos concretos para sustentar essas afirmações. Não é mencionado se a pesquisa considerou diferentes perspectivas, como a dos professores, pais ou especialistas no campo da Educação Infantil. Isso pode limitar a compreensão completa do cenário e dos desafios enfrentados.

Fonte: Elaboração própria a partir de Paschoal (2018).

Por meio do texto de Paschoal (2018), percebeu-se um avanço significativo nos direitos da criança à educação ao longo de algumas décadas, culminando na aprovação da Constituição Federal, que determinou a oferta de creches e pré-escolas para todas as crianças de 0 a 5 anos. Assim, a formação inicial de professores e a valorização docente são condições primordiais para a consolidação da Educação Infantil.



Além disso, Paschoal (2018) compreende que seja fundamental reconhecer e valorizar esse espaço como capaz de humanizar as crianças, por meio de práticas coletivas, trocas de experiências e apropriação de saberes. A Política Nacional de Educação Infantil, de 2006, segundo a autora, destaca a importância do trabalho coletivo e da articulação entre instituição e família para oferecer atendimento integral à criança e enfatiza a indissociabilidade entre cuidado e educação. É essencial um compromisso permanente das diferentes instâncias para garantir políticas públicas que efetivem os direitos das crianças e incluam uma educação de qualidade.

No Texto 8 (Quadro 8), Paschoal (2019), mesma autora do Texto 7, discute sobre a obrigatoriedade da pré-escola e seus impactos na Educação Infantil no Brasil. Foi ressaltado que a imposição da matrícula a partir dos 4 anos de idade pode representar um retrocesso histórico, levando à fragmentação da Educação Infantil entre creche e pré-escola, bem como à escolarização precoce das crianças.

A autora analisou que a legislação brasileira reconhece a importância da criança como sujeito de direitos e seu direito à educação desde o nascimento, com destaque para a necessidade de considerá-las como um todo para promover seu desenvolvimento integral e inserção na esfera pública. Destaca-se que a Educação Infantil, seja na creche seja na pré-escola, deve envolver cuidados, educação e brincadeiras, promovendo um ambiente acolhedor, educativo e inclusivo.

Quadro 8: Análise sistemática do Texto 8

Referências	PASCHOAL, J. D. A inclusão na pré-escola obrigatória: uma análise da legislação. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação , Araraquara, v. 14, n. esp. 1, p. 656-670, abr. 2019.
Objetivo	Discutir os impactos da obrigatoriedade da pré-escola na ação dos professores e os desafios para a concretização de um trabalho pedagógico inclusivo de qualidade, que promova o desenvolvimento integral de todas as crianças, independentemente de sua condição física ou intelectual.
Técnica da pesquisa	Caráter bibliográfico.
Resultado	Com a obrigatoriedade da pré-escola para crianças com a Lei nº 12.796/2013,



os	aumenta a oferta de vagas para as crianças de 4 a 5. Ênfase na educação integral: A LDB estabelece que a Educação Infantil tem como objetivo promover o desenvolvimento integral da criança, complementando a ação da família e da comunidade. Isso ressalta a importância de abordar os aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais das crianças.
Limitações	Ausência de políticas públicas, ruptura na Educação Infantil entre creche e pré-escola, exclusão da creche de crianças de 0 a 3 da obrigatoriedade. Apesar dos esforços para promover a inclusão, ainda há contradições entre a universalização do acesso à educação e a exclusão de indivíduos e grupos que não se enquadram nos padrões homogeneizadores da escola. Isso sugere que a inclusão plena ainda não foi totalmente alcançada. Desafios na formação dos professores: a garantia da formação continuada dos professores, especialmente em relação aos conhecimentos específicos da educação especial, é essencial para promover a inclusão no contexto escolar. No entanto, pode haver desafios na implementação efetiva da formação adequada para os professores.

Fonte: Elaboração própria a partir de Paschoal (2019).

Paschoal (2019) aborda a questão da obrigatoriedade da pré-escola no Brasil e levanta preocupações sobre os possíveis impactos dessa medida. Fragmentar a Educação Infantil pode representar um retrocesso histórico, levando à escolarização precoce das crianças de 4 a 5 anos de idade. A autora destaca a falta de políticas públicas efetivas para sua implementação como prejudicial, logo, é necessário que haja um forte empenho dos gestores públicos para evitar que a expansão da oferta educativa na pré-escola penalize o acesso das crianças de 0 a 3 anos à educação. A creche e a pré-escola devem, pois, ser espaços acolhedores, educativos e inclusivos que promovam o pleno desenvolvimento.

Ao analisarmos os oito textos, percebemos que a maioria tem como pontos em comum a importância de superar a visão assistencialista das creches, com ênfase para a necessidade de promover um ambiente educativo que atenda aos interesses e às necessidades das crianças. Esses estudos apontam desafios na implementação de políticas públicas relacionadas à Educação Infantil, como a falta de recursos, a falta de clareza nas diretrizes e a necessidade de melhorias nas condições físicas estruturais das instituições.

Alguns desses textos mencionam a importância da articulação entre creche e pré-escola, ressaltando a necessidade de uma transição integrada entre os dois níveis de Educação Infantil. Destacam, ainda, a importância da formação adequada



dos educadores que trabalham nas creches e nas pré-escolas, ressaltando a necessidade de capacitação e de reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas. Todos os textos analisados mencionam, também, a importância de oferecer uma educação de qualidade para crianças na faixa etária da creche e pré-escola. Ademais, é destacado que uma abordagem integrada entre as instituições e a necessidade de superar a fragmentação do trabalho pedagógico são fundamentais.

Os textos possuem, ainda, alguns pontos distintos, os quais foram organizados em três categorias: a) Enfoques diferentes sobre o caráter escolar ou não-escolar das instituições de Educação Infantil: o Texto 2 menciona a discussão sobre o caráter escolar ou não-escolar das instituições de Educação Infantil, com alguns pesquisadores defendendo a ideia de que elas devem ser consideradas como instituições educacionais não-escolares ou extraescolares. Essa perspectiva não é mencionada nos outros textos; b) Impacto da obrigatoriedade da matrícula na pré-escola: o Texto 6 destaca a obrigatoriedade da matrícula de crianças a partir dos 4 anos de idade e menciona os possíveis desafios e desigualdades gerados por essa medida. Esse aspecto específico não é abordado nos outros resultados; c) Lacunas na legislação e práticas das escolas infantis: o Texto 7 identifica lacunas na legislação e práticas das escolas infantis, como condições precárias de funcionamento, falta de materiais pedagógicos, baixa escolaridade dos professores e dificuldade na comunicação com as famílias. Essas lacunas específicas não são mencionadas nos outros resultados.

Cada texto aborda aspectos específicos da Educação Infantil, como a relação entre educação e cuidado, a importância da transição entre creche e pré-escola, a questão da obrigatoriedade da pré-escola, entre outros. Isso demonstra que há diferentes perspectivas e discussões em torno da temática.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo abordou a importância da Educação Infantil como um todo, mas mais especificamente para a creche e a pré-escola como etapas fundamentais na formação das crianças. A obrigatoriedade da pré-escola, estabelecida pela LDB de 1996, é um avanço significativo na garantia do acesso de todas as crianças a essa etapa da Educação Básica.

A creche, por sua vez, desempenha um papel fundamental na garantia de uma Educação Infantil de qualidade, especialmente para as famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica. Os estudos abordados neste texto apontam que a oferta de creches públicas pode reduzir as desigualdades educacionais, bem como contribuir para a melhoria do futuro desempenho escolar das crianças. No entanto, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados na oferta de creches e pré-escolas de qualidade, especialmente em relação à formação dos profissionais que atuam nessas etapas da educação.

É preciso investir na formação continuada dos professores e garantir que as condições físicas e materiais das escolas sejam adequadas para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Além disso, é importante destacar a necessidade de uma abordagem integrada entre a creche e a pré-escola, garantindo a continuidade do processo educativo das crianças. É necessário considerar as especificidades das crianças e suas condições socioeconômicas e culturais para que a Educação Infantil contribua, efetivamente, para a formação de sujeitos críticos, autônomos e solidários.

Por fim, ressalta-se que a Educação Infantil deve ser vista como um direito fundamental das crianças, e as políticas públicas devem ser voltadas para garantir o acesso de todas as crianças a uma educação de qualidade desde a primeira infância. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, capaz de garantir a todos o direito a uma educação de qualidade.



Esta pesquisa agrega reflexões, para a área da educação, sobre a importância da creche e da pré-escola para a formação das crianças e para a garantia do direito à educação. Ao abordar a obrigatoriedade da pré-escola e a importância da creche como etapa anterior, este estudo contribui para o debate sobre as políticas públicas de Educação Infantil e para o aprimoramento das práticas pedagógicas em creches e pré-escolas.

Para aqueles que pretendem realizar uma pesquisa semelhante, é importante destacar a relevância de realizar uma revisão da literatura detalhada sobre o tema, em busca de fundamentar teoricamente as reflexões apresentadas. É relevante levar em consideração, também, as especificidades da região onde a pesquisa será realizada, a fim de contextualizar a temática em relação às políticas públicas e à realidade local. Além disso, é fundamental valorizar a escuta das crianças, dos pais e dos profissionais envolvidos na Educação Infantil, a fim de compreender as demandas e as necessidades desses atores e contribuir para uma prática pedagógica mais contextualizada e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANASTÁCIO, D. F. O.; PINAZZA, M. A. Integração ou ilusão? Práticas pedagógicas e expectativas das crianças e familiares relacionadas à transição da creche para pré-escola. **Série Iniciação Científica**, São Paulo, v. 8, p. 1-64, 2012. Disponível em: <https://www4.fe.usp.br/pesquisa-arquivos/public8/volume8/DayaneFlemingOliveiraAnastacio.pdf>.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Presidente República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 jul. 2023.



BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 65, p. 1-2, 5 abr. 2013.

GARCIA, E. S. de B. *et al.* Creche: abrigo de crianças ou espaços de Educação Infantil? **REFAF**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 1-22, 2012.

KULHMANN JR, M. Educação infantil e currículo. *In*: FARIA A. L. G.; SILVEIRA M. S., organizadores. **Educação infantil pós-LDB**: rumos e desafios. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. p. 51-66.

NUNES, M. F. R. Educação Infantil: instituições, funções e propostas. *In*: CORSINO, P. (ORG.). **Educação Infantil**: cotidiano e políticas. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 31-45.

PASCHOAL, J. D. A inclusão na pré-escola obrigatória: uma análise da legislação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 1, p. 656-670, abr. 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.1.12197. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12197>. Acesso em: 10 abr. 2024.

PASCHOAL, J. D. Entre a pré-escola obrigatória e creche opcional: reflexões sobre o direito da criança à educação de qualidade. **HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 766-779, jul./set. 2018. DOI: 10.20396/rho.v18i3.8651509. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8651509>. Acesso em: 10 abr. 2024.

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, L. M. A Educação Infantil em busca de identidade: análise crítica do binômio “cuidar-educar” e da perspectiva anti-escolar em Educação Infantil. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 27, p. 71-100, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752008000200005. Acesso em: 10 abr. 2024.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.



SPADA, A. C. Processo de criação das primeiras creches brasileiras e seu impacto sobre a educação infantil de zero a três anos. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**, Garça, n. 5, p. 1-7, 2005.

TRENTINI, J. **Direito à educação ou direito à creche**: o que fundamenta o atendimento a criança de 0 a 3 anos na região da Amunesc? 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2016.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Recebido em: 04-09-2023

Aceito em: 26-03-2024

